



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA nº. 98/2020

Belo Horizonte, 17 de julho de 2020.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº				
Processo SEI nº 1370.01.0028151/2020-94				
Processo SLA: 2406/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento		
EMPREENDEDOR:	Devircio José de Oliveira/Areia Oliveira		CNPJ:	13.232.793/0001-16
EMPREENDIMENTO:	Devircio José de Oliveira/Areia Oliveira		CNPJ:	13.232.793/0001-16
MUNICÍPIO:	São José da Varginha/MG e Fortuna de Minas/MG	DNPM: 832.935/2013	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional.				
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL	
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0	

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:	REGISTRO/ART:
Rafael da Paixão Lima- Engenheiro sanitarista e ambiental	14202000000006119530
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental – Supram CM	1.269.800-7
De acordo: Karla Brandão Franco Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.401.525-9



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 17/07/2020, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Brandao Franco, Diretor(a)**, em 22/07/2020, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17212385** e o código CRC **21E9666F**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) 98/2020

O empreendimento Devircio José de Oliveira/Areia Oliveira, localizado nos municípios de São José da Varginha/MG e Fortuna de Minas, formalizou em 06/07/2020, via sistema de licenciamento ambiental (SLA), o processo de licenciamento ambiental de nº 2406/2020, por meio da modalidade "Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS" via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade foi enquadrada na Deliberação Normativa 217/17 como "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" (código A-03-01-8). A produção bruta de 37.000 m³/ano justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a não incidência do critério locacional.

O empreendimento será implantado no imóvel rural denominado Fazenda Lagoas dos Cavalos e contará com 04 funcionários, sendo 03 no setor de produção e 01 no setor administrativo que trabalham em turno único, 05 dias por semana.

Conforme informado no RAS, a atividade a ser desenvolvida pelo empreendimento se trata de dragagem em leito de rio. Foi apresentada a portaria de outorga 1303920/2019, que certifica a operação de dragagem em curso de água entre os pontos de coordenadas geográficas de Início Lat 19°36'24"S e Long 44°33'06"W e Final Lat 19°36'29"S e Long 44°33'22"W.

Não foi apresentado o documento autorizativo para intervenção ambiental (DAIA) para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa.

Conforme imagem abaixo foi constatada a presença de indivíduos arbóreos isolados em um dos polígonos apresentados como sendo área diretamente afetada (ADA) do empreendimento.

Imagem 01: Áreas informadas pelo empreendedor



Fonte: Google Earth (acesso em 15/07/2020) e dados do processo.

Não foi apresentado DAIA para a supressão destes indivíduos arbóreos isolados.



Diante da não apresentação de documentos autorizativos para intervenção, sem supressão, em APP e para a supressão dos indivíduos arbóreos isolados, deve-se informar que a DN 217/2017, em seu artigo 15, prevê que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção **pelo empreendedor das autorizações para** intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS (grifo nosso).

Quanto à utilização de água no empreendimento, foi informado que são consumidos no máximo 0,4 m³/dia no consumo humano (sanitários, refeitório), 0,3 m³/dia na lavagem de pisos e equipamentos e 0,5 m³/dia na aspersão de vias sendo a água proveniente de captação em poço manual. Neste sentido, foi apresentada a certidão de uso insignificante nº 199832/2020, que certifica que a exploração de 0,500 m³/h de águas subterrâneas, durante 03:00 hora(s)/dia, totalizando 1,500 m³/dia, por meio de captação de água subterrânea, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19° 35' 51,0"S e de longitude 44° 32' 56,0"W.

Também foi informado que haverá captação superficial de 17 m³/dia para o processo produtivo. Não foi apresentada a regularização desta captação. Ressalta-se que o modo de uso autorizado por meio do certificado 1303920/2019 apresentado é “dragagem de curso de água para fins de extração mineral”. Cabe informar que a não apresentação de regularização de uso de recursos hídricos também se enquadra no que dispõe o artigo 15 da DN 217/2017, já mencionado neste parecer.

Como principais impactos inerentes à atividade e mapeados no RAS, tem-se geração de processos erosivos, de efluentes líquidos sanitários e oleosos, emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e ruídos.

Quanto aos processos erosivos foi informado que para se evitar a formação de processos erosivos nas margens do rio Paraopeba, a draga sempre irá trabalhar em um posicionamento nunca voltado para as margens do corpo d'água, para evitar o desbarrancamento e carreamento desnecessário de parcelas do solo e da mata ciliar. Também foi informado que os efluentes resultantes da drenagem natural dos caixotes de areia e vias de acesso à área de lavra, após sofrerem decantação, irão retornar ao rio através de tubulação PVC de 4 polegadas, sem qualquer contato com seus barrancos, evitando a formação de processos erosivos e o carreamento de sedimentos para o seu leito. Foi informado ainda que haverá a utilização de estruturas para a proteção das margens do rio nas áreas de atracação das embarcações e equipamentos para dragagem e que, paralelamente às medidas descritas acima, será realizada a revegetação visando restabelecer a cobertura vegetal por meio de espécies nativas selecionadas nos locais desmatados.

Quanto aos efluentes sanitários gerados no empreendimento, foi informado que estes serão destinados a um biodigestor e que, em razão da pequena quantidade de efluente sanitário gerado pelo empreendimento, a limpeza do biodigestor será realizada anualmente e o efluente tratado e o lodo estabilizado resultante do processo serão direcionados para um sumidouro. Quanto aos efluentes oleosos, foi informado que os mesmos serão dispostos em



tambores e posteriormente serão destinados a empresas de re-refino. Já os efluentes oleosos oriundos da lavagem de pisos e equipamentos serão destinados a uma caixa separadora de água e óleo (CSAO) e depois serão direcionados a um reservatório de água, para que sejam armazenados e reutilizados na aspersão das vias de acesso, e áreas adjacentes ao empreendimento.

As emissões atmosféricas (gases veiculares) provenientes dos motores a combustão, serão mitigadas por meio de manutenção preventiva dos veículos e equipamentos. A geração de particulados será mitigada por meio de aspersão de água nas vias do empreendimento e colocação de lonas nos caminhos.

No tocante aos resíduos sólidos, foi informado que tanto os resíduos de classe I (embalagens de óleo lubrificante e aditivo, filtros de óleo e ar, papel e estopa contaminados com óleo, lama de fundo de sistema separador de água e óleo) como os de classe II (resíduo orgânico/comum e lodo de fossa séptica) serão armazenados em tambores dentro do empreendimento. Conforme informado no RAS, o resíduo comum, classe II, gerado no empreendimento será transportado semanalmente para o aterro municipal de Cachoeira da Prata. **Em consulta ao Sistema INtegrado de Informação Ambiental (Siam) e ao Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) não foi constatada regularização ambiental válida do município para esta atividade.** Os resíduos sólidos classe I serão coletados mensalmente por empresa ambientalmente regularizada e a limpeza da CSAO para retirada da lama de fundo contaminada com resíduos oleosos também será realizada por empresa ambientalmente regularizada. O resíduo sólido (silte) gerado pela atividade de extração de areia no empreendimento será depositado no pátio de estocagem, e destinado para a recomposição topográfica do terreno.

Os ruídos gerados pelo uso de veículos e equipamentos serão mitigados por meio de manutenção preventiva, adoção de limites de velocidade para os veículos dentro do empreendimento e enclausuramento do motor da draga.

Cabe informar também que as duas certidões municipais apresentadas estão em desconformidade com o Decreto Estadual 47.383/2018 em função de não possuírem a descrição da atividade a ser realizada pelo empreendimento.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do RAS e nos autos do processo, considerando a não apresentação de autorização para a intervenção, sem supressão, em APP, considerando a não apresentação da autorização para a realização de supressão dos indivíduos arbóreos isolados existentes na ADA do empreendimento, considerando a não apresentação de regularização ambiental da captação superficial informada e considerando ainda, o disposto no artigo 15 da DN 217/2017, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Devircio José de Oliveira/Areia Oliveira”, para as atividades de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” nos municípios de São José da Varginha/MG e Fortuna de Minas/MG.